

Cortes em estados e municípios fazem parte do programa

Governo deverá usar a Lei Complementar de Finanças Públicas

Odail Figueiredo e Sheila D'Amorim

• BRASÍLIA. O programa fiscal para os próximos três anos vai exigir medidas de austeridade também dos estados e municípios. O principal instrumento que o Governo pretende usar para isso é a Lei Complementar de Finanças Públicas, cujo projeto poderá ser encaminhado ao Congresso ainda este mês. A Lei vai regulamentar os artigos 163 e 165 da Constituição, tornando mais claros os critérios de elaboração dos orçamentos públicos e instituindo um mecanismo inovador para evitar déficits. Por esse mecanismo, os órgãos públicos seriam obrigados a cortar despesas sempre que os gastos atingissem um determinado limite preestabelecido.

— O ajuste será maior no Governo federal, devido ao peso da União no conjunto das finanças públicas, mas o acerto terá que ser feito nos três níveis — disse o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Martus Tavares, que também participou das reuniões do fim de semana.

Aumento da CPMF de 0,2% para 0,3% é dado como certo

O aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) de 0,2% para 0,3% já é tida como certa, assim como a instituição do imposto sobre Grandes Fortunas (IGF), que vai tributar patrimônios superiores a R\$ 4 milhões. Esse projeto foi apresentado pelo próprio Fernando Henrique quando ainda era senador, mas estava engavetado no Congresso. Sua volta à agenda parlamentar foi acertada com os presidentes do Senado, Antônio Carlos Magalhães, e da Câmara dos Deputados, Michel Temer, para evitar a crítica dos partidos de oposição de que o peso do ajuste irá recair apenas sobre os pobres e a classe média.

O Imposto de Renda das pessoas físicas não deve ser aumentado, mas a alíquota extraordinária de 27,5% para os salários mais altos, que deveria vigorar apenas até 1999, pode ser prorrogada até 2001. Nos últimos dias, a equipe passou a discutir a instituição de um imposto sobre produtos ou serviços específicos, como energia elétrica e telecomunicações.

As medidas devem incluir ainda um aumento da contribuição previdenciária dos servidores federais. A União paga aposentadoria a 391.106 pessoas e pensão a outras 203.041, com um déficit estimado em R\$ 19 bilhões neste ano. Os técnicos estão discutindo a elevação da alíquota de 11% dos servidores da ativa e a volta da contribuição dos funcionários inativos. O Governo deverá fazer ainda uma revisão dos incentivos fiscais, como os concedidos para investimentos no Nordeste e na Amazônia, que custam R\$ 17 bilhões por ano ao Tesouro.

O equilíbrio das contas públicas vai precisar da aprovação das reformas em discussão no Congresso. Segundo cálculos do Ministério da Fazenda, a reforma da Previdência dará ao Governo um ganho de R\$ 2,6 bilhões já no primeiro ano de sua implementação. Em dez anos, a economia é estimada em R\$ 62 bilhões. ■